

A prática da lei 10.639/2003 nas diversas modalidades do ensino básico público: processo de inclusão educacional da população preta em Porto Velho

Geanne Ferreira Leite

*Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia. Membro do grupo de pesquisa
GEPCULTURA da Universidade Federal de Rondônia.*

Jacson Ferreira Lucas

Graduando de Geografia pela Universidade Federal de Rondônia.

Natália De Paula Macedo

Graduanda de Geografia pela Universidade Federal de Rondônia

DOI: 10.47573/aya.5379.2.79.26

RESUMO

O presente estudo traça um panorama da aplicabilidade da lei 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e cultura Afro-brasileira dentro das disciplinas que compõem as grades curriculares do ensino básico como estratégia de luta contra o preconceito e o racismo. Discute o papel da instituição partindo do pressuposto que por meio de ações políticas, é possível criar o reconhecimento de sua identidade, ao mesmo tempo em que promove sua emancipação social. Discute-se como tais relações de poder mantêm-se na contemporaneidade, inclusive no campo educacional, fundamentado nas reflexões de Mbembe, entres outros autores. Este estudo permite afirmar que a Lei surtiu efeitos palpáveis e positivos, mas ainda insuficientes para se dar por terminada a missão histórica das ações afirmativas no ensino brasileiro.

Palavras-chave: inclusão educacional. ações afirmativas. escola. racismo.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos noventa, reivindicações dos movimentos sociais, dentre elas do Movimento Negro, pressionaram o governo do Brasil para que se regulamentasse políticas públicas afirmativas, com programas específicos, visando ao acesso e permanência de estudantes negros nas escolas públicas. O presente artigo é resultado das atividades desenvolvidas no decorrer da disciplina Geo-história cultural afro-brasileira ministrada pela professora Dr. Maria das Graças Silva Nascimento Silva no curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia/Porto Velho.

A adoção de políticas afirmativas no Brasil para o acesso da população negra ao ensino superior, além de buscar a reparação ou a compensação das desigualdades entre negros e brancos, possibilitou o debate acerca do racismo e da discriminação racial fazendo emergir reflexões sobre o pertencimento étnico-racial. Registre-se que ações afirmativas inauguradas no Brasil com tal Lei no 12.711/2012 surtiu os efeitos esperados? Metodologicamente, a pesquisa é de cunho qualitativo, com abordagem descritiva e explicativa.

Nesta pesquisa discutiu-se os fundamentos teóricos e práticos e suas relações de implantação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas, uma vez que, a lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências, principalmente nas disciplinas de História e Geografia. Buscamos respostas por meio de uma série de entrevistas com professores formados em Geografia, a fim de compartilhar suas experiências no âmbito escolar onde foram indagados sobre questões de África e afro-brasileiros em cada modalidade de ensino, uma vez que estão na linha de frente da aplicabilidade desta política.

DESENVOLVIMENTO

Para início da discussão, é imprescindível compreendermos as concepções de raça, uma vez que tais conceitos interferem diretamente nas análises. É preciso saber que a dominação de determinados povos sobre outros, se fundamenta principalmente na construção histórica do termo raça, por meio de uma dialética de posse, e de pertencimento dos detentores do poder. Processo este, que usou grilhões e coleiras físicas e simbólicas, e um significante da identidade

servil, que considera-os até mesmo animalesco.

É fato que o termo raça, na via estritamente biológica de seu sentido, é inaceitável para diferenciar as populações, uma vez que todos fazemos parte de uma única raça. Entretanto, não se pode negar a construção social e histórica do termo. Dentro dessa perspectiva, o racismo é compreendido como um fenômeno ideológico-histórico, firmado e manifestado através de preconceitos, discriminação e estereótipos. Ainda temos questões de geografia e política, pontos cruciais para a origem de tal fenômeno social.

Sobre a expressão “negro”, de acordo com Mbembe (2014), em *A Crítica da Razão Negra*, este remete ao eu existo e tem consistência própria, que não foi construída por ele. Se trata de uma herança vinda a partir da posição que ele ocupa, ou que desejavam que ele ocupasse no espaço. O termo é relacionado diretamente a escuridão, trevas, noite que o inviabiliza, coisifica e inclusive o associa a morte. Além disso, na lógica colonialista só existe um negro se houver um senhor, essa relação define como o negro se vê e como é visto, ou seja, torna-o sinônimo de servidão, subalternidade e submissão.

Florestan Fernandes já dizia o branco deve ter consciência de seu comportamento segregador, e o preto necessita aprender a se auto afirmar como parte de um todo, e lutar contra efeitos nocivos do preconceito no Brasil, pois só assim, poderão coexistir como cidadãos de uma sociedade multicolor. E as instituições escolares neste processo tem um papel conciliador. “O negro não é somente ‘igual perante a Lei’. Ele ocupa uma situação desfavorabilíssima que precisa ser corrigida pela educação democrática, pelo convívio, como cidadãos da mesma sociedade civil e do mesmo Estado” (FERNANDES, 1993, p. 240).

Sob essa ótica, o Brasil herdou um passado escravocrata que, mesmo pós-abolição permeia as relações sociais, o que leva o indivíduo preto a construir sua identidade em meio a diversos conflitos simbólicos, em uma sociedade que naturaliza o racismo e que se espelha sem questionamentos na cultura europeia. Sobre o sistema educacional brasileiro Gonçalves (2000) acentua:

No ideário de luta dos negros brasileiros, a educação sempre ocupou lugar de destaque: ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora, como veículo de ascensão social e, por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio do qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano. (GONÇALVES, 2000, p. 337)

Todas as discriminações e preconceitos que a grande maioria dos negros sofrem está diretamente ligada a características físicas do negro, principalmente a cor da pele, o formato do nariz e da boca e a textura dos cabelos, cabe aqui destacar que, quanto mais próximo das características físicas do branco, o preto aumenta suas chances de não sofrer preconceito racial. Nogueira (2006, p. 292) “O preconceito de raça se exerce em relação à aparência, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem”. Temos que concordar com o autor, pois, que apesar dos avanços, é imprescindível a desmitificação da desigualdade em todos os diversos setores da sociedade, levando a tona todo o enfrentamento que a comunidade preta tem sofrido ao longo da história. Fica evidente que somente com a adoção de políticas afirmativas universais é possível amenizar a desigualdade existente na sociedade brasileira.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O maior desafio ao longo dos séculos é construir uma identidade preta que supere o ideário escravista, uma vez que a sociedade só pode ser reconstruída por meio da justiça, da restituição e da reparação. Observemos, situações como a escravidão e o plantation, que funcionaram como engrenagem para que o termo futuro para o preto fosse algo impensável, e fosse substituído por vidas repetidas, que os tolha da capacidade de criar um mundo simbólico, ou seja, eternamente presos a tarefas de subsistência.

A coleta e análise dos dados foram feitas considerando uma perspectiva qualitativa de pesquisa. Neste sentido, afirma Marconi e Lakatos (2001, p. 12): “No âmbito da pesquisa qualitativa os dados são coletados interativamente, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos”. Quanto à técnica de pesquisa adotada neste estudo, fora a documentação indireta, pois esta consistiu num levantamento de informação pertinente à problemática. Esse levantamento se deu em pesquisa bibliográfica. De acordo com Silva (2005, p.40),

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, consiste no esforço do pesquisador em realizar um levantamento bibliográfico sobre o tema a ser investigado. Todo é qualquer tipo de pesquisa necessita desta etapa para fortalecer o conhecimento sobre o tema de investigação. Esse levantamento bibliográfico pode ser tanto de fontes escritas, como jornais, revistas e livros.

As entrevistas foram padronizadas, pois seguimos um roteiro preestabelecido. De acordo com Marconi e Lakatos, (2001, p. 94): “As informações colhidas sobre fatos e opiniões devem contribuir-se, em indicadores de variáveis que se pretende explicar. E, pois um diálogo preparado com objetivos definidos e uma estratégia de trabalho sistemático”. Foram realizadas um total em 04 dias de entrevistas e que ocorreram em dias de quarta-feira no horário das 17 às 18 horas. Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistados professores de 03 modalidades de ensino, sendo os professores que atuam na modalidade do ensino fundamental, Ensino Médio e EJA. As entrevistas ocorreram nos dias 01,08, 09 e 22 de setembro de 2021 e em cada dia era questionada uma modalidade de ensino.

Panorama Gestão Educacional

No dia 01/09/2021 realizou-se a primeira entrevista com professores gestores KG, MS e RN, ressaltamos que optou-se por suprimir os nomes dos entrevistados. KG possui graduação e mestrado em Geografia na UNIR está atuando como vice-diretora em escola que atende o sistema prisional na modalidade EJA, MS professora de Geografia, gestora em escola do ensino de jovens e adultos (EJA) e R. N. gestor em uma escola rural no interior do estado do Acre.

Na primeira etapa questionou-se: A aplicabilidade da lei 10.639/ 2003 está garantida no currículo escolar? De que forma é feita a seleção desses materiais no currículo e quais conteúdos são selecionados para trabalhar com a questão África?

MS respondeu que a lei foi construída por movimentos sociais e muitas lutas, assim foram inseridas nas escolas e deveria aparecer em todos os documentos referentes ao ensino, com no projeto político pedagógico que agora se chama só projeto pedagógico, o currículo como se faz a seleção vai depender da formação do professor o planejamento do professor tem toda uma trajetória e se o professor tem uma formação a respeito desse assunto ele vai ter facilidade

em trabalhar esse assunto. **KG** respondeu que a lei prevê a inclusão, mas a desinformação ou desconhecimento da alteração da lei e um dos principais obstáculos foi a falta de material didático por parte governamental, os professores que selecionam os livros que vão trabalhar são a ponta da lança, e muitos professores não tiveram oportunidade de ter ao menos contato com os livros para a escolha. **RN** respondeu que na escola que ele trabalha, são ofertadas de 1° ao 5° ano e do 6° ao ensino médio, EJA, também alguns polos localizado em um assentamento e são em média 300 alunos. Politicamente e ideologicamente a lei foi uma conquista ímpar e, consolida a inclusão de sua história nos currículos escolares, a lei tem algumas exigências, ela dá ênfase as artes, literatura e história e é onde muitos professores se sente desobrigado a não envolver sua disciplina com o conteúdo África, só em novembro se tem a semana da consciência Negra, onde é trabalhado o tema em toda a escola para que no dia 20 de Novembro aconteçam apresentações e degustação de comidas típicas.

No segundo momento indagou-se: Como vocês trabalham as religiões de matrizes africanas no conteúdo África? De acordo com sua experiência didática qual a visão dos/ das estudantes sobre essa temática?

MS afirma que na EJA os estudantes já manifestam sua fé e você já observa que é resistente a religião, e não permitem ver esse tipo de religião, o que é exposto é que a sua religião não permite ver esse tipo de religião, afinal qual professor tem conhecimento sobre as religiões africanas? Tudo o que não e cristão está relacionado ao anticristo. É preciso trabalhar a interdisciplinaridade a fim de desconstruir aquele pensamento preconceituoso. **KG** disse que o assunto sobre a religião em sala de aula na maioria do sistema prisional se fala que isso não é de Deus, pois a maioria dos apenados é da religião evangélica. **RS** fala que a religião é um desafio cada vez maior em relação à razão do pentecostalismo, mas no espaço escolar se tem dificuldades com os próprios professores que diferem de acordo com a sua fé, por vez é tentado o acompanhamento junto aos professores sobre se estão ou não trabalhando o assunto ou imparcialmente.

Na terceira parte perguntamos: qual sua avaliação em relação ao livro didático específico de geografia, relacionando as questões do continente africano? É partindo da sua experiência como docente qual a postura correta do/a professor ao usar o livro didático em sala de aula? Você escolhe o livro didático?

KG destaca que o livro em si, não abrange todas as questões e o professor só recebe o livro, entretanto buscam alternativas para dar dinâmica a aula em sala. **RS** responde que o livro didático é o manual dos professores ele não deve ser a única ferramenta utilizada pelo professor, o assunto é muito racionado nos livros atuais. Sobre a escolha de livros no município de Bujari é sempre em cima da hora, e quem escolhe são os coordenadores de ensino junto com o gestor da escola, os professores não conseguem ter a participação na escolha dos livros, pois os prazos são curtos. São usados alguns critérios na seleção e quando os professores escolhem um livro, o governo acaba escolhendo outro mais barato. **MS** lê os livros didáticos e certos conteúdos são superficiais e discriminatórios, tanto para os negros como para os indígenas. Já foi apresentado o livro e pedido aos professores para trabalhar com o conteúdo. O professor de geografia é mais mente aberta. No Estado de Rondônia existem sete comunidades quilombolas, patrimônio cultural, as palavras: bunda, melancia, feijão e jiló são de origem africana, muito tem a diversidade do tema e o livro didático não é para a realidade local.

Dando continuidade, questionamos: em sua opinião existem discursos de preconceitos

ao se trabalhar com questões s e África, se sim quais? E, qual a postura diante dessa prática?

RS diz que um olhar, um gesto, é visto nas apresentações culturais, em outros alunos, também se ouve o que é isso? Uma apresentação de macumba? E algum aluno falando, sobre a aula, é aquela visão colonizada sobre que a macumba é anticristo, quando sou questionado eu sempre respondo com outra pergunta. **KG** fala que os professores ficam com muito receio em aprofundar o assunto, pois tudo é racismo hoje em dia, até o próprio negro é racista, isso é escutado nos corredores e eu oriento os professores a não fazer isso na frente dos alunos, e os professores dizem que alguém pode se ofender, algum aluno em certas brincadeiras preconceituosas entre os adultos na sala de aula. **MG** fala que um professor disse: “aqui é o anticristo disfarçado de Cultura, qual dia vai ter o dia do Branco, olha o desfile da macacada”. No espaço escolar existe um racismo estrutural, conceitos de branquitude e de privilégios como professor, precisamos desconstruir o reflexo da sociedade e o reflexo de nossa cultura, estatisticamente os números que se vê é dos desempregados negros, os salários baixos nas regiões, esse assunto tem bastante nas reuniões pedagógicas e sempre tem esses debates.

Panorama Ensino Fundamental

No dia 08/09/2021 foi realizada às entrevistas com docentes da modalidade de ensino fundamental, as perguntas feitas foram sobre a aplicabilidade da lei 10.639/2003 dentro de sala de aula, foram feitas quatro perguntas por grupos de alunos da graduação da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, professores da modalidade de ensino fundamental e os docentes entrevistados foram DZ, MT e RC. Professora **DZ** possui formação em Geografia desde o ano 2009, leciona desde 2012 como professora do governo do estado de Rondônia, possui mestrado e atualmente é Doutoranda. **MT** licenciada em Geografia pelo Instituto da Bahia, atualmente está afastada do cargo de professora se dedicando ao mestrado na UFBA – Universidade Federal da Bahia Campus Ondina, trabalhava com ensino fundamental I e II e também no ensino EJA. Professora **RC** atua na educação mais de 28 anos, leciona para os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, é pedagoga e no ano de 2018 se formou em Geografia, é mestranda em geografia.

1º Questão: Aplicabilidade da lei 10.639/2003 ela está garantida no currículo escolar? E de qual forma é feita a seleção desses materiais no currículo e quais conteúdos são selecionados para trabalhar com a questão da África?

DZ respondeu que não possui um estudo específico da lei dentro do currículo, os poucos professores que aplicam o conteúdo sobre a África precisam buscar livros e outros meios para poder trabalhar essa temática, e algumas vezes eles elaboram atividades culturais para alunos de outras turmas conhecerem melhor sobre outras culturas. E é difícil conseguir trabalhar com essa temática de outras maneiras por falta de recursos, o espaço, livro, aparelhos eletrônicos, são muitos disputados e sempre temos que marcar um horário para uso, pois é um aparelho de cada para várias turmas e matérias. E que trabalha essa modalidade de ensino reiterando que não temos que olhar o negro e a cultura negra como descendente de escravos, mas como pessoas que foram tiradas do seu território para outros lugares. **MT** respondeu que fica a cargo de o professor trabalhar o conteúdo imposto na lei, porém na escola que leciona não tem exigência no currículo. No dia 20 de novembro eu trabalhava sobre essas questões, era o dia que se discutia essas questões. **RC** nos disse que a lei não está incluída no currículo como obrigatoriedade e no dia 20 de novembro é o dia que é feito esse trabalho de conscientização para os alunos não

terem preconceito de raça e cor.

2° Questão: Qual sua avaliação em relação do livro didático específico de geografia relacionados em questão de continente africano e partindo da sua experiência como docente qual a postura correta do professor ou professora ao usar o livro didático em sala de aula, você escolhe o livro didático?

MT destaca que o livro negligência esses conteúdos, mas que usa os livros por ter que terminar alguns outros conteúdos para poder fechá-los, além disso busca outras referências para os alunos refletir sobre sua realidade, sua condição como pessoa negra, para perceberem se estão sendo representados em outros espaços. Eu não escolho os livros é a gestão e coordenadores que escolherão. **RC** afirma que são selecionadas algumas coleções de livros, porém tem uma votação de uma das coleções e a mais votada é a escolhida para todas as matérias, então os professores não tem liberdade da escolha individual. Trabalhamos superficialmente essa temática pois o livro deixa a desejar e possui pouco conteúdo sobre o tema, e o que vem nos livros e mais sobre conscientização, e também é trabalhado em dias comemorativos, mas não como deveria ser, assim como impôs a lei. **DZ** relata que são escolhidas as coletâneas, porém nem sempre tem esses livros que pedimos e são mandados outros no lugar. Na 7º série vimos um pouco sobre os negros no Brasil de uma maneira superficial apesar de ser importante desconstruir esses pensamentos que o negro é descendente de escravos. Além disso, devemos falar sobre a realidade do país ou continente pobre que se dá pela exploração, pois o continente africano é rico, porém com a exploração se torna pobre economicamente, e por isso para os alunos do 9º ano do fundamental utilizamos filmes para mostrar essa realidade.

3° Questão: Em sua opinião existem discursos feitos ao se trabalhar sobre questões da África se sim quais? Quais os comportamentos, frases e discursos carregados de preconceitos que vocês já presenciaram no espaço da escola e qual sua postura diante dessa prática?

RC A questão da religião é a que mais carregam preconceitos e continuam carregando de gerações em gerações no qual relatam que religiões não são religiões boas. Um exemplo é o de uma mulher que está fazendo sua devoção na praia entregando a lemanjá, percebe-se olhar torto para essas pessoas como se tivessem sendo reprovadas por seu comportamento e sua crença. Na escola falta muito para os professores se posicionarem e não só se agarrar ao livro, buscar outras metodologias e mostrar o que é certo. **DZ** relata que ainda presenciamos o preconceito e o racismo na escola, porém sempre tentamos conscientizar e mostrar a diversidade cultural e raça para que isso não continue passando dentro e fora da escola. **MT** nos diz que a partir do que é apresentado para os alunos o preconceito continua, por isso quando mostramos as questões do continente africano na forma reduzida estamos continuando essa forma de pensamento. Continuamos reproduzindo também quando escolhemos uma criança numa peça teatral, uma para se o anjo e outra o demoniozinho, colocamos a mais clara para representar o anjo e a mais preta para representar o demônio, então os professores também contribuem para esse pensamento preconceituoso.

4° Questão: Como vocês trabalham as religiões de matrizes africana no conteúdo África, e de acordo com sua experiência didática qual a visão dos e das estudantes sobre essa temática?

RC conta que nunca trabalhou a religião afro-brasileira por questão de que disciplinas

de português e matemática eram mais cobradas na modalidade de alfabetização, e a geografia fica em segundo plano uma vez que o livro didático disponível não tinha quase nada de cultura afro-brasileira. **DZ** informa que o ensino religioso é optativo para os alunos e nunca trabalhou nenhuma religião, e os colegas que dão aulas trabalham as questões religiosas de forma superficial, e apenas conscientizarmos os alunos a respeitar a religião do outro. **MT** destacou que não teve experiência de trabalho com tais conteúdos em sala de aula, mas é importante para conscientizar os alunos a respeitar todas as religiões.

Panorama Ensino Médio

No dia 15/09/2021 foram entrevistados os docentes da modalidade de Ensino Médio, os docentes presentes foram **TT** que leciona na escola São Luís em Porto Velho – RO, formada pela UNIR – Universidade Federal de Rondônia possui mestrado em Geografia e especialização em ensino EAD – Educação à Distância. **ML** professor do Ensino Médio no estado do Amazonas.

1° Questão: Aplicabilidade da lei 10.639/2003 ela está garantida no currículo escolar? E de qual forma é feita a seleção desses materiais no currículo e quais conteúdos são selecionados para trabalhar com a questão da África?

TT nos disse que a lei impõe a aplicabilidade da história e cultura da África, e afro-brasileiros, porém não tem uma forma sistematizada de passar esses conteúdos para o ensino dos alunos, e um dos motivos é devido na matéria de história, essa temática sempre ser trabalhada e reduzida a apenas a escravidão. E uma das formas é não reduzir a história e cultura africana à escravidão é buscando vários livros didáticos que fogem de passar a questão de que os negros eram escravizados, e sim buscar passar o tema de racialidade, cultura e religião. **ML** fala que na sua escola são os professores que escolhem se vão ou não trabalhar com o tema, mas o maior problema da aplicabilidade da lei é que a escola e os alunos que vem de casa com vários preconceitos, não deixar levar temas de questões religiosas africanas, por exemplo, Padre ou Pastor podem ser debatidos dentro da escola, mas quando colocada uma religião africana como o Candomblé e Umbanda estes são imediatamente excluídos, pois podem ferir e desrespeitar outras religiões de alunos e professores.

2° Questão: Como vocês trabalham as religiões de matrizes africanas no conteúdo África, e de acordo com sua experiência didática qual a visão dos e das estudantes sobre essa temática?

ML nos fala assim como respondi anteriormente é difícil trabalhar questões de religião pois o preconceito que os alunos tem fica difícil trabalhar a temática de religiões africanas pois pode ferir e desrespeitar alguns alunos de outras religiões. A escola também dificulta esse ensino e debate. **TT** relata que apesar do preconceito por parte dos alunos ainda é importante quando falar de religião incluir as religiões africanas e não só continuar falando das religiões como o cristianismo e catolicismo. Eu não chego apresentar as religiões só trato de as incluir quando cito questões religiosas.

3° Questão: Qual sua avaliação em relação do livro didático específico de geografia relacionados em questão de continente africano e partindo da sua experiência como docente qual a postura correta do professor ou professora ao usar o livro didático em sala de aula, você escolhe o livro didático?

ML Os professores escolhem os livros, mas como os livros não vem com todos os conteúdos como pede a matriz curricular usamos livros complementares. **TT** Sim escolhemos os livros e às vezes utilizo de 04 á 05 livros pois alguns conteúdos não vêm ou são cortados e colocados assuntos por cima, e o site cor da cultura que foi indicado pelo MEC possuem livros que os assuntos ajudam na aplicabilidade da lei 10.639/2003 e utilizo muito para passar os conteúdos sobre África e afro-brasileiros-brasileiros para os alunos. E evito aqueles livros que possui assuntos reduzindo as pessoas negras de que foram escravos e escravas.

4° Questão: Como vocês trabalham as religiões de matrizes africana no conteúdo África, e de acordo com sua experiência didática qual a visão dos e das estudantes sobre essa temática?

TT Tem muito e que nem sempre é tão explícito, e aconteceu comigo em uma reunião pedagógica, em que queria alterar alguns assuntos e trazer novos, como a diversidade, religiões africanas a população tradicional ribeirinha, mas a própria escola discorda das alterações e continua com os mesmos assuntos dos passados, silenciando alguns temas. **ML** Eu já presenciei uma mãe alegando que um professor de Artes estava ensinado coisa que não é de Deus para os alunos, sendo que o professor estava apenas mostrando as artes africanas e falando um pouco sobre esses tipos de Artes.

Panorama Educação de Jovens e Adultos e Ensino Profissional

No dia 22 de setembro de 2021, demos continuidade as entrevistas com as docentes TP / Docente Ensino EJA – PVH e LS /Docente Ensino Profissional – ACRE, a respeito da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 no currículo escolar.

1° Questão: Aplicabilidade da lei 10.639/2003 está garantida no currículo escolar? E de qual forma é feita a seleção desses materiais no currículo e quais conteúdos são selecionados para trabalhar com a questão da África?

LS relatou que na sua instituição houve algumas falhas devido a pandemia, entretanto reformularam as ações e deram mais ênfase a questões indígenas por ter um público alvo dentro da escola. **TP** relata sobre o publico do EJA que é diferenciado devido a escassez de tempo dificultando o aprofundamento do tema, mas priorizam estudos sobre diversidade, formação de território, populacional e cultura.

2° Questão: Qual sua avaliação em relação ao livro didático, específico de geografia, relacionado às questões do continente africano? E, partindo da sua experiência como docente, qual a postura correta do/a professor ao usar o livro didático em sala de aula? Você escolhe o Livro Didático?

TP destacou que existe um catálogo fornecido pelo MEC com poucos títulos disponíveis, entretanto abordam de forma rasa as questões raciais, e que em muitos dos casos o professor tem que comprar livros mais consistentes sobre o tema, já a **LS** destacou a superficialidade dos livros didáticos a respeito da temática, inclusive foi orientada a seguir restritamente os livros propostos, mas ainda assim buscou outras fontes além do livro.

3° Questão: Em sua opinião existem discursos de preconceitos ao se trabalhar com questões da África, se sim quais? Quais os comportamentos, frases e discursos carregados

de preconceitos vocês já presenciaram no espaço da escola? E, qual sua postura diante dessa prática?

LS relatou ter vivido situações preconceituosas na graduação, e a importância de se posicionar quanto a estas questões. **TP** ressaltou atitudes preconceituosas na comunidade escolar de forma velada e sutil, mas que afeta os que sofrem o racismo. Inclusive entre colegas de trabalho que questionam dois professores pretos por utilizarem tranças enfatizando não fica bem para um professor.

4° Questão: Como vocês trabalham as Religiões de Matrizes Africanas no conteúdo África? De acordo com sua experiência didática, qual a visão dos/as estudantes sobre essa temática? Sobre autonomia em sala de aula, se existe apoio da equipe gestora?

Tanto a **TP**, quanto a **LS** relataram a dificuldade em aprofundar sobre religiões de origem africana, principalmente pela falta de tempo, afinal o método de ensino é mais condensado que o regular, destacaram que são apenas citadas as religiões sem aprofundamento de suas origens. E por fim **TP** ressaltou que no início da jornada de trabalho sentiu dificuldades com relação a apoio pedagógico, mas com o passar do tempo pode ganhar espaço e autonomia, pois passou confiança a equipe gestora. Já a **LS** afirmou sobre as orientações pedagógicas em seguir o livro e o cronograma, então seria uma autonomia vigiada, mas que não a impediu de buscar outras fontes.

A respeito da educação das relações étnico-raciais, Silva (2007, p. 490) afirma que: “A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais”.

Dentro desse contexto, a educação é um instrumento que forma consciência crítica e viabilização de transformações no mundo. Infelizmente tais transformações não acontecerão em um curto prazo. No entanto, quando é eficientemente divulgada e difundida, o saber da cultura da África, as chances de êxito no alcance das metas educacionais crescem, uma vez que atribuição do valor devido a esta cultura gera redução significativa de preconceito, principalmente os que abarcam questões de cor de pele e a religiosidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por um longo período, movimentos negros pressionaram as instituições governamentais para que fossem tomadas medidas que minimizassem o impacto negativo que o período da escravidão acarretou para os negros brasileiros. Uma vez que, paulatinamente, essas conquistas farão a diferença na sociedade, pois, o povo precisa ver a realidade que se esconde por trás de uma dita democracia e igualdade. Sendo assim, o professor necessita de formação continuada e/ou outros cursos que o faça conhecer a História da África e a cultura africana, pois não há ensino quem não se tem conhecimento. O docente também deve criar estratégias pedagógicas que viabilizem a aprendizagem e que gerencie o tempo para tais aplicações. O trabalho encontrará as mais diversas situações que inviabilizam o processo ensino-aprendizagem, como: a resistência, o racismo, a religiosidade e qualquer tema que lhe seja diferente.

Portanto, é papel do professor gerar outros enfoques, os quais facilite alcançar suas metas com eficiência. Na escola os docentes agem como pais, pois contribuem para reduzir as falhas trazidas dos lares de seus educandos, além de preencher o papel de um psicólogo, pois é auxiliam os educandos a vencerem os estigmas e superar os preconceitos, contribuindo para gerar e preservar um clima de respeito em sala de aula e fora dela, contribuindo para que seus educandos sejam multiplicadores, mesmo fora da instituição escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09.01.03: altera a lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-brasileira e Africana”. Brasília. 2003

DA SILVA JR, Juarez C. Não queríamos ser racistas: uma reação aos que insistem em dizer que não somos uma nação com problemas de cor (Fig. 01). We didn't want to be racist: a reaction to who persists in the speech that we aren't a nation with skin color problems.4490. Disponível em: http://amazonida.orgfree.com/movimentoafro/nao_queriamos_ser_racistas.PDF. Acesso em: 24 jul. 2021

CASTRO, Ubiratan. In. CLAY, Vinicius. Comemorado pelo negro: afro-descendentes atestam que há novas formas de opressão. In. Jornal A Tarde. Salvador, 14 maio 2002.

DINIZ, Flávio Guimarães. (re) discutindo pré-noções sobre o conteúdo de África no ensino de geografia através do uso do cinema na educação básica. Revista Tamoios, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 101 - 110, set. 2011. ISSN 1980-4490. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1689>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

FLORESTAN, Fernandes. “Projeto de Lei, emenda Constitucional.” In. Revista de História. São Paulo. Nº 129-131. ago./dez./93 a ago./dez/94. p.238-240.

GONÇALVES, Luís Alberto de Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliana Lima Teixeira, (org.) 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: 2000, Ed. Autêntica. P. 335 a 346.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Antígona, Lisboa, 2014.

NECROPOLÍTICA, Mbembe A. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOGUEIRA, O. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MORAES, Fabiana. No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE/ Fabiana Moraes; Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. -- Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NUNES, Ranchimit Batista. Tentando entender a diferença: Por que afrodescendente e não negro, pardo, mulato, preto. In: I Congresso da UFPI sobre gênero, educação e afrodescendência: experiências e conquistas. 2013.

OLIVEIRA, Gabriela da Silva. O ensino de África nas aulas de geografia e a implementação da lei 10.639/03. Revista Tamoios, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 90 - 100, set. 2011. ISSN 1980-4490. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1704>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ROCHA, Glauber Henrique Corrêa. Dificuldades para implementação da lei 10.639: A influência dos valores religiosos sobre os temas apresentados no texto da lei. Revista Tamoios, v. 7, n. 1, p. 51-59, 2011. disponível em < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1700>> acesso em agosto de 2021.

SANTOS, Cesar Augusto Caldas; DA COSTA, Raphael Luiz Silva. Materiais didáticos à luz da lei 10.639/03: por um ensinar e aprender uma geografia anti-racista. Revista Tamoios, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 25-36, set. 2011. ISSN1980-4490. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1748>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SANTOS, M. F. Movimento negro e relações raciais no espaço acadêmico: trajetórias socioespaciais de estudantes negros e negras na Universidade Federal de Goiás. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SANTOS, Renato Emerson dos. A LEI 10.639 E O ENSINO DE GEOGRAFIA: CONSTRUINDO UMA AGENDA DE PESQUISA-AÇÃO. Revista Tamoios, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 04 - 24, set. 2011. ISSN 1980-4490. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1702>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

SILVA, Claudilene Maria. Práticas pedagógicas de valorização da identidade, da memória e da cultura negras: a volta inversa na árvore do esquecimento e nas práticas de branqueamento. Tese (Tese em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Mayalu Matos e Souza, Rosane Marques de. No país do Racismo Institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2016, v. 21, pp. 649-650. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.07552015>>. – Acessado em: 08 ago 2021.

SOUZA, Florentina da Silva e Pereira, Leticia Maria da Souza. Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços. Educar em Revista [online]. 2013, n. 47 [Acessado 28 Jul 2021] , pp. 51-65. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000100005>>.

KILOMBA, Grada. Descolonizando o conhecimento: Palestra-Performance de Grada Kilomba. 2016. Tradução de Jessica Oliveira. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>.